



Depoimento de testemunhas abre hoje julgamento de Dilma

Sessão em que senadores decidirão se a presidente afastada será condenada à perda definitiva do mandato se estenderá até a semana que vem

Começará às 9h de hoje no Plenário do Senado a sessão de julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff, acusada de ter cometido crime de responsabilidade. Os senadores ouvirão e depois interrogarão as testemunhas de acusação e de defesa. Existe a possibilidade de que essa fase se estenda pelo fim de semana, para que esteja concluída na segunda-feira, quando será a vez de Dilma falar aos senadores no Plenário. Se preferir, a presidente poderá não responder aos ques-

tionamentos. Depois, virá a fase das discussões. Em seguida, ocorrerá a votação. O impeachment exige o voto favorável de pelo menos 54 dos 81 senadores. Caso esse número não seja alcançado, Dilma será absolvida e voltará para a Presidência. O resultado será anunciado pelo presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski. Durante o julgamento, as visitas guiadas ao Congresso ficarão suspensas e o acesso ao Senado será limitado a parlamentares, servidores da Casa e jornalistas credenciados. **2**



Entre os senadores Lira e Renan, Lewandowski chega ao Senado no dia em que os prazos do processo foram definidos

João de Araújo/Agência Senado — 4/8/2016

FGTS deve ser usado para facilitar mobilidade **5**

Senado prorroga o Mais Médicos por três anos **3**

Seguem para Plenário indicados a 3 embaixadas **7**

Projeto legaliza remoções entre cartórios do país **8**

Relatório sobre jogos de azar é lido em comissão **4**

Desvinculação de receitas da União vale até 2023

O mecanismo que desvincula receitas e dá flexibilidade na administração de recursos orçamentários foi prorrogado

para a União até 2023 e estendido aos estados e municípios. O percentual da DRU aumentou de 20% para 30% de todos os

impostos e contribuições sociais federais. Aprovado ontem no Plenário, será promulgado em sessão do Congresso. **3**



Aprovada pelo Plenário, com 54 votos a favor e 15 contra no segundo turno, DRU é estendida a estados e municípios

Aumento para defensor federal vai à sanção

O Senado aprovou projeto que aumenta o salário do defensor público-geral federal, com reajustes escalonados até janeiro de 2018 e impacto nas demais categorias que compõem a carreira da Defensoria Pública federal. **3**

Reajuste para mandato seguinte pode ser proibido

Segue para a Câmara o projeto que proíbe governantes de deixarem reajuste de servidores ou outro aumento de gastos com pessoal para ser efetivado por seu sucessor. A proposta altera a Lei de Responsabilidade Fiscal. **3**

Nomes para diretorias da ANTT e do Dnit são aprovados

O Plenário aprovou ontem a indicação de Elisabeth Braga para a direção da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e de Charles Beniz para diretor de Infraestrutura Ferroviária do Dnit. Durante sabatina na Comissão de Infraestrutura, pela manhã, eles foram questionados sobre obras inacabadas. **6**



Comissão de Infraestrutura sabatinou os indicados para órgãos reguladores



Regina Sousa e Paim na Comissão de Direitos Humanos: projeto vai para a CCI

Menores de 21 anos poderão ter espaço reservado em presídios

As penitenciárias poderão ter que reservar espaços para detentos com idade entre 18 e 21 anos, para evitar que con-

vivam com criminosos mais experientes, segundo projeto aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos. **5**

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Ana Volpe/Agência Senado

Pedro França/Agência Senado

Sessão do processo de impeachment está marcada para começar às 9h, dirigida pelo presidente do Supremo. Presidente afastada falará no Plenário na segunda-feira

Senadores iniciam hoje julgamento de Dilma

COMEÇA ÀS 9H de hoje o julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff, pouco mais de quatro meses depois de o processo de impeachment chegar ao Senado.

Os senadores atuarão como juízes e decidirão se ela come-

teu crime de responsabilidade pela edição de decretos de crédito suplementar sem autorização do Congresso e por atrasos de repasses do Plano Safra ao Banco do Brasil.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo

Lewandowski, presidirá a sessão e terá a seu lado o presidente do Senado, Renan Calheiros.

A sessão terá início pela fala das testemunhas de acusação e defesa. Os senadores poderão fazer perguntas.

Os depoimentos continuam amanhã, podendo avançar pelo sábado e pelo domingo, de forma a estarem concluídos no fim de semana.

Dilma fará sua defesa no Plenário na manhã da segunda-feira. Os senadores, a acusa-

ção e a defesa poderão fazer perguntas, mas a presidente tem o direito de não responder.

Se pelo menos 54 dos 81 senadores votarem contra Dilma, ela será definitivamente afastada da Presidência. Caso contrário, reassumirá o cargo.

Gerdildo Magela/Agência Senado — 4/8/2016



Ricardo Lewandowski (C) participa com Renan Calheiros e Raimundo de Lira de reunião sobre o processo de impeachment

Esplanada dos Ministérios fica fechada para o trânsito

Durante o julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff, o acesso ao Senado ficará restrito a parlamentares, servidores e colaboradores da Casa e a jornalistas credenciados.

De acordo com a Diretoria-Geral, "não será permitido o ingresso nas dependências do Senado de pessoas estranhas ao trabalho".

O programa de visitação institucional do Congresso Nacional está suspenso até 2 de setembro.

O Salão Azul, o Salão Negro, o Salão Nobre e o Plenário do Senado serão isolados no período.

Além dos senadores, somente deputados federais no exercício do mandato, ex-senadores e suplentes de senador poderão permanecer no Plenário, além dos servidores com credencial específica para o local.

Apenas os carros dos parlamentares poderão acessar a portaria do Salão Branco do Congresso, conhecida

como Chapelaria. Para os servidores, o acesso será feito exclusivamente pela via N2.

De acordo com o governo do Distrito Federal, as avenidas da Esplanada dos Ministérios ficam interditadas da Catedral à Praça dos Três Poderes enquanto durar o julgamento. O trânsito na Esplanada será liberado quatro horas depois de cada interrupção da sessão.

As vias N2 e S2, vizinhas da Esplanada dos Ministérios, estarão liberadas para o trânsito durante todo o período.

Ana Amélia: inflação comprova crime de responsabilidade

Ana Amélia (PP-RS) afirmou estar "cansada" de ouvir da oposição que o Brasil vive um "golpe parlamentar", já que o impeachment não teria base legal e Dilma não teria cometido crime.

— Chega de repetirem tantas vezes uma mentira para que ela se torne realidade. Isso não é democracia.

Para ela, a prova mais contundente do crime de responsabilidade está nos 12 milhões de desempregados, na inflação de dois dígitos e no desmantelamento da Petrobras. Tudo isso, disse, devido à gestão irresponsável e à corrupção.



Presidente enfrenta "colégio eleitoral de exceção", diz Vanessa

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) disse que Dilma Rousseff não cometeu crime de responsabilidade e enfrenta um "colégio eleitoral de exceção" destinado a mudar o projeto político e tirar direitos dos trabalhadores.

— Nós estamos trabalhando para mostrar isso à nação — afirmou Vanessa.

— A presidente Dilma estará sentada aqui não na condição de ré, mas na condição de vítima. Eles sabem disso.

A senadora disse esperar que a presidente seja absolvida e retorne à Presidência da República.



Para Medeiros, Brasil agora paga preço por descontrole fiscal

José Medeiros (PSD-MT) defendeu a proposta do governo de limitar as despesas públicas ao valor gasto no ano anterior corrigido pela inflação. Na opinião dele, o presidente interino Michel Temer está apenas fazendo o ajuste das contas públicas, que sofreram com o excesso de gastos da presidente afastada Dilma Rousseff "por meio de programas justos, porém incompatíveis com o Orçamento".

— O corte de 87% que os programas sociais sofreram no ano passado é uma demonstração dos erros cometidos por Dilma na gestão orçamentária.



Fotos: Jefferson Ruy/Agência Senado

Calendário

HOJE, 9h

▶ LEITURA DO PROCESSO

▶ QUESTÕES DE ORDEM

Apresentadas por senadores e decididas pelo presidente do STF, Ricardo Lewandowski. Apesar de estar previsto que o presidente do STF analisará todas no início da sessão, questões de ordem ou manifestações pela ordem podem ser feitas a qualquer momento, de acordo o Regimento.

▶ DEPOIMENTO DAS TESTEMUNHAS

Serão 8 testemunhas convocadas: **2 da acusação** (Júlio Marcelo de Oliveira e Antonio Carlos Carvalho) e **6 da defesa** (Luiz Gonzaga Belluzzo, Geraldo Prado, Nelson Barbosa, Esther Dweck, Luiz Cláudio Costa e Ricardo Lodi).

- O **presidente da sessão** será o primeiro a inquirir as testemunhas.
- Em seguida, os **senadores** terão 6 minutos cada um para fazer perguntas.
- Os **advogados** de acusação e de defesa terão 10 minutos cada um.

Essa fase durará até a fala da última das 8 testemunhas, podendo estender-se pelo fim de semana.

SEGUNDA-FEIRA, 9h

▶ DEFESA DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

- A **presidente** terá 30 minutos (prorrogáveis a critério do presidente da sessão)
- Após o questionamento dos **senadores**, Dilma Rousseff poderá optar por responder ou não às perguntas. Cada senador terá 5 minutos para questionar a presidente afastada.
- **Advogados** de acusação e de defesa terão o mesmo tempo.

▶ DISCUSSÃO

A acusação iniciará a discussão, depois a defesa e, então, será franqueada a palavra a cada senador, na ordem de inscrição.

- **Acusação e defesa**: 1 hora e meia
- **Réplica**: 1 hora
- **Tréplica**: 1 hora
- **Senadores**: 10 minutos cada um

▶ ENCAMINHAMENTO

- O presidente da sessão lerá o **relatório resumido**, com os fundamentos da acusação e da defesa.
- Poderão usar a palavra **2 senadores favoráveis à condenação** e **2 senadores favoráveis à absolvição** por até 5 minutos cada um.

▶ VOTAÇÃO

Nominal e eletrônica, **SIM** ou **NÃO** à pergunta:

Cometeu a acusada, a senhora presidente da República, Dilma Vana Rousseff, os crimes de responsabilidade correspondentes à tomada de empréstimos junto a instituição financeira controlada pela União e à abertura de créditos sem autorização do Congresso Nacional, que lhes são imputados, e deve ser condenada à perda do seu cargo, ficando, em consequência, inabilitada para o exercício de qualquer função pública pelo prazo oito anos?

- Caso o relatório pela condenação receba 54 votos favoráveis (ou dois terços da composição do Senado), a **presidente perderá o cargo** e o presidente interino será empossado definitivamente.
- Caso não atinja esse número de votos, o relatório será arquivado e a **presidente reassumirá o cargo**.

▶ PROVIDÊNCIAS DE ACORDO COM O RESULTADO

- Ricardo Lewandowski lavrará e lerá a **sentença**
- **Resolução do Senado**
- Os senadores assinarão a sentença e será feita a **comunicação oficial** à presidente afastada e ao presidente interino

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



▶ PLENÁRIO Impeachment

9h O Plenário se reúne para iniciar o julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff, com o depoimento de oito testemunhas.

▶ SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

A proposta de emenda à Constituição aumentou de 20% para 30% a desvinculação de receitas, com efeito retroativo a janeiro de 2016

Senadores prorrogam DRU e estendem liberdade de gasto a estado e município

A PRORROGAÇÃO ATÉ 2023 do mecanismo que desvincula receitas da União para dar flexibilidade ao governo na administração dos recursos orçamentários foi aprovada ontem pelo Plenário com 54 votos a favor e 15 contrários, no segundo turno. Agora será promulgada em sessão solene do Congresso, em data ainda a ser marcada.

A proposta de emenda à Constituição (PEC 31/2016) instituiu mecanismo semelhante para os estados e os municípios e com mesmo prazo de validade. Assim, até 2023, todas as unidades da Federação poderão decidir onde aplicar 30% dos tributos que, por lei, possuem destinação específica.

Instituída no governo Fernando Henrique com outro nome e apenas para o Orçamento federal, a Desvinculação de Receitas da União (DRU) vem sendo prorrogada desde então. O percentual era de 20% sobre impostos e contribuições sociais e a de



Renan (C) preside a votação que garantiu ampliação de prazo de mecanismo que desvincula verbas orçamentárias

Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide), que são destinadas, por determinação constitucional ou legal, a órgãos, fundos e despesas específicos.

Com a nova PEC, com vigência retroativa a 1º de janeiro deste ano, o percentual subiu para 30%. E a expectativa é que a medida libere R\$ 117,7 bilhões para uso do Executivo federal apenas em 2016, sendo R\$ 110,9 bilhões de contribui-

ções sociais, R\$ 4,6 bilhões da Cide e R\$ 2,2 bilhões de taxas. Esse valor poderá ser usado para o cumprimento da meta de resultado primário deste ano — que prevê um déficit de R\$ 170,5 bilhões — e para a redução da dívida pública da União.

A desvinculação não atinge a receita obtida com a contribuição do salário-educação, tributo que financia programas da educação básica

ou as verbas destinadas à saúde pública. Também não poderá prejudicar o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que paga os benefícios previdenciários, fundos do Judiciário, dos tribunais de Contas, do Ministério Público, das procuradorias-gerais e das defensorias públicas. A Desvinculação de Receitas dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios (DREM), incide sobre impostos, taxas e multas.

Aumento para defensor público da União vai à sanção presidencial

Como parte do pacote de reajustes enviado ao Congresso pelo governo interino, o Plenário aprovou ontem, por votação simbólica, projeto que aumenta o salário do defensor público-geral federal de R\$ 31.090 para R\$ 31.557,21, a partir de 1º de julho de 2016.

O PLC 32/2016, que segue para sanção presidencial, estabelece reajustes escalonados até janeiro de 2018. Serão R\$ 32.188,36 em janeiro de 2017 e R\$ 32.938,35 a partir de abril de 2017, até alcançar R\$ 33.763, em janeiro de 2018. Pelo texto,

o reajuste terá impacto também nas demais categorias da carreira de defensor público federal. O órgão conta com pouco mais de mil servidores.

O reajuste dividiu os senadores. Os favoráveis ao projeto ressaltaram a importância da categoria no atendimento à população mais pobre e lembraram que o aumento já estava previsto no governo de Dilma Rousseff. Entre os contrários, a principal alegação é de que o aumento vai contra o ajuste fiscal e é inoportuno no atual momento de crise econômica.

Segue para a Câmara projeto sobre reajuste para servidores

O projeto que proíbe governantes de concederem reajustes de servidores para serem implementados por seus sucessores foi aprovado ontem no Senado. Por 56 votos a 7, o PLS 389/2015 — Complementar, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), segue para a Câmara.

A proposta altera a Lei de Responsabilidade Fiscal e proíbe o presidente, os governadores e os prefeitos de promoverem aumento de despesas com pessoal que tenham início após o final de seus respectivos mandatos. A vedação se aplica

às concessões de vantagens, aumentos e reajustes salariais e alterações de estrutura de carreiras e de subsídios.

A líder do PCdoB, Vanessa Grazziotin (AM), disse que a medida engessa o planejamento a longo prazo dos Executivos. O relator, Antônio Anastasia (PSDB-MG), explicou que o chefe do Executivo poderá conceder aumentos escalonados, desde que dentro dos quatro anos do seu mandato. A intenção da proposta, disse, é restringir a prática de “fazer graça com chapéu alheio”.

Médicos estrangeiros poderão ficar mais três anos

Foi aprovada ontem pelo Plenário a medida provisória que prorroga por três anos o prazo de atuação dos médicos do Programa Mais Médicos contratados por meio de intercâmbio. O prazo acabaria em outubro deste ano. A proposta (MP 723/2016) agora vai para sanção presidencial.

A proposta beneficia profissionais brasileiros formados no exterior e estrangeiros que trabalham no programa sem diploma revalidado no país.

AMP, editada pela presidente afastada Dilma Rousseff, também prorroga por igual período o visto temporário

concedido aos médicos estrangeiros inscritos no programa do governo. De acordo com o Ministério da Saúde, a medida permitirá que 7 mil profissionais permaneçam no país.

Segundo a lei que criou o Mais Médicos (Lei 12.871/2013), o contrato de trabalho dura três anos. Nesse período, o médico recebe um salário chamado bolsa-formação.

Cadastro rural

O Plenário também aprovou a MP 724/2016, que prorroga o prazo para produtores rurais registrarem propriedades no Cadastro Ambiental

Rural (CAR) e aderirem ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

O prazo original para o cadastro era de maio de 2017 e foi estendido para dezembro de 2017. O texto segue para sanção presidencial.

Perdeu a validade a MP 722/2016, que abre crédito extraordinário para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. A medida provisória chegou ao Senado fora do prazo estabelecido para a votação no Congresso. Como o prazo oficial de tramitação se encerra hoje, a MP caducou.

(Com a Agência Câmara)

Corumbá consegue empréstimo externo de até US\$ 40 milhões

O Plenário aprovou ontem autorização para contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de até US\$ 40 milhões, entre o município de Corumbá (MS) e o Fundo Financeiro para a Bacia do Prata. Os recursos serão para financiar o Programa de Desenvolvimento Integrado de Corumbá, com foco no investimento em ações habitacionais, socioambientais e de infraestrutura. O texto segue agora para promulgação.

Renan anuncia calendário do Senado no período eleitoral

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem o calendário das sessões deliberativas durante a campanha eleitoral. Em setembro, haverá votações nos dias 8, 12, 13 e 21. Nos demais dias, o Senado terá sessões plenárias, mas sem votações. O primeiro turno das eleições está marcado para 2 de outubro.

Na próxima semana, o Senado se dedicará ao julgamento da presidente afastada, Dilma Rousseff. Depois disso, Renan deverá acompanhar a comitiva brasileira na 11ª reunião de cúpula do G20, que ocorrerá na China, em 4 e 5 de setembro.

Para que o Senado não atravesse duas semanas sem sessões deliberativas, Renan propôs que o dia 8 de setembro, logo após o feriado da Independência, marque a retomada das votações. Ele explicou que há medidas provisórias vencendo naquela semana e que o Senado terá que votá-las.

Para Raupp, esforços para a Rio 2016 valeram a pena

Valdir Raupp (PMDB-RO) avaliou que as Olimpíadas foram um grande sucesso. Ele reconheceu que houve problemas, mas observou que todos admitem que os Jogos foram bem-sucedidos. Segundo ele, o Brasil soube oferecer ao mundo a experiência de confraternização e festa durante as competições.

— Ainda discutiremos o legado dos Jogos para o Brasil e o Rio, mas hoje quero dizer que, sim, valeu a pena.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Sucesso da Olimpíada deve ser creditado a Lula e Dilma, diz Lídice

Lídice da Mata (PSB-BA) disse que os Jogos Olímpicos do Rio foram um êxito e ressaltou que a organização superou a expectativa negativa sobre a capacidade do Brasil de sediar grandes eventos. Ela cobrou reconhecimento para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que acreditou na possibilidade de trazer para o Brasil a Copa e as Olimpíadas, e lembrou o papel da presidente afastada Dilma Rousseff na organização dos Jogos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Legalização de jogos de azar volta a análise

Já enviado a Plenário, o projeto retornou para a comissão a pedido do relator, Fernando Bezerra Coelho, que viu necessidade de mudar o texto para coibir lavagem de dinheiro

AGENDA BRASIL

A COMISSÃO ESPECIAL do Desenvolvimento Nacional voltou a analisar o projeto que amplia o leque dos jogos de azar legalizados no país. Ontem o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) leu seu relatório e, em seguida, foi concedida vista coletiva para o texto, que deve voltar à pauta na próxima reunião.

A proposta (PLS 186/2014) faz parte da Agenda Brasil, pauta apresentada pelo Senado para incentivar a retomada do crescimento econômico do país.

A proposta já havia sido enviada ao Plenário, mas um requerimento aprovado no início do mês determinou o reexame da matéria na comissão. O requerimento foi apresentado pelo próprio Bezerra, novo relator do projeto, em substituição a Blairo Maggi (PR-MT), que assumiu o Ministério da Agricultura.

Bezerra disse que, após receber sugestões de senadores e de representantes de órgãos públicos, percebeu a necessidade de mudanças no texto, principalmente em relação a medidas para coibir a lavagem de dinheiro.

— Essas sugestões buscam aperfeiçoar o texto do substitutivo, no sentido de coibir a lavagem de dinheiro. A ideia é disponibilizar mais recursos para a Polícia Federal, para ter mais condições de fazer fiscalizações, e dar à Caixa Federal um protagonismo maior nos novos jogos de azar — explicou.

Com base nas informações da World Lottery Association, o relator disse que somente



Fernando Bezerra Coelho, Otto Alencar e Ciro Nogueira: os três senadores são favoráveis à regulamentação do jogo

as loterias movimentaram, em 2014, US\$ 400 bilhões em todo o mundo, dos quais o Brasil teve participação de apenas 1% com os jogos administrados pela Caixa Econômica Federal. Para o senador, a legalização dos jogos no Brasil pode ser um importante vetor na geração de tributos, emprego e renda.

— O jogo de azar só pode ser admitido quando licitamente puder redistribuir os seus lucros com a sociedade — ponderou.

Bezerra acrescentou que o governo pode arrecadar cerca de R\$ 29 bilhões em tributos no período de três anos.

Regulamentação

O presidente da comissão, Otto Alencar (PSD-BA), elogiou o trabalho dos relatores e destacou a “substância jurídica” da proposta. Na visão dele, a falta de regulamentação só beneficia quem atua na clandestinidade.

Por isso, Roberto Muniz

(PP-BA) sugeriu a criação de uma agência reguladora para o setor. Ele reconheceu a existência de “problemas culturais” em relação aos jogos, mas ressaltou que o projeto é uma oportunidade de geração de renda.

Na visão de Paulo Bauer (PSDB-SC), o projeto é muito importante por permitir a legalização de uma atividade que pode colaborar para geração de emprego.

Intempestividade

Já Simone Tebet (PMDB-MS) se manifestou “radicalmente contra”, por considerar o projeto “intempestivo”. Para ela, a legalização dos jogos pode colaborar com a sonegação, a evasão de divisas e a corrupção política, inclusive dentro do Congresso. A melhor forma de aumentar a arrecadação seria, segundo a senadora, um sistema mais criterioso de cobrança dos tributos já existentes.

— Eu penso na relação

custo-benefício. O que a população brasileira vai pagar? A sociedade precisa ser ouvida. É provado que onde há jogo há o aumento do vício e da destruturação familiar — alertou.

Dário Berger (PMDB-SC) também defendeu que o assunto seja discutido de forma mais profunda. Na avaliação dele, a legalização não vai “resolver todos os problemas do Brasil”.

Regiões

Tanto Dário Berger quanto Paulo Bauer questionaram a parte do substitutivo que estabelece a “preferência” da instalação de cassinos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

— Não podemos criar essa espécie de discriminação. Senão, será mais fácil alguém de Santa Catarina ir apostar em Buenos Aires do que no Recife — declarou Bauer.

A preferência pelas regiões mais pobres foi um critério usado na instalação dos cassi-

nos nos Estados Unidos, lembrou Telmário Mota (PDT-RR).

O projeto original é de Ciro Nogueira (PP-PI) e libera o funcionamento de cassino, bingo, jogo do bicho e apostas eletrônicas. O texto define tipos de jogos que podem ser explorados, critérios para autorização, exigências para os sócios e regras para distribuição de prêmios e arrecadação de tributos. O substitutivo de Bezerra Coelho também trata das loterias federal e estaduais e do *sweepstake*, um tipo de jogo relacionado com corrida de cavalos.

Jogo do bicho

Pelo texto, a delegação para exploração dos jogos de azar será de competência da União. A exceção é o jogo do bicho, que ficará a cargo de estados e Distrito Federal. A Caixa atuará como agente operador, sendo responsável pela fiscalização e pelo controle financeiro.

Sobre os prêmios das loterias e de outros jogos incidirá o Imposto de Renda de 30%. Os recursos dos tributos arrecadados serão destinados para a seguridade social (93%), para o Fundo Penitenciário Nacional (3%), para a Polícia Federal (2%) e para o Fundo Nacional de Cultura (2%). Na fase de licitação, os recursos arrecadados serão direcionados à saúde.

Os sócios das empresas exploradoras de jogos terão de cumprir uma série de requisitos para o exercício da atividade. O substitutivo estabelece, por exemplo, a restrição a quem tenha sido condenado por crimes eleitorais, para os quais a lei determine pena privativa de liberdade.

Bezerra vai aprimorar substitutivo a projeto sobre licitações

AGENDA BRASIL

O relator do projeto que moderniza a Lei de Licitações e Contratos, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), deve apresentar seu substitutivo ao PLS 559/2013 na próxima semana. A proposta foi tema de audiência pública, ontem, na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional.

No debate, Kátia Abreu (PMDB-TO) disse que considerava inapropriada a discussão da matéria às vésperas da sessão de julgamento do impeachment.

— Eu me recuso a votar essa matéria e participar desse debate tão curto, apenas um dia de sessão, sendo que nós já o debatemos por oito meses — afirmou.

Bezerra lembrou que o prazo de emendas ao projeto vai até hoje. Ele ressaltou que o projeto foi avaliado por uma comissão especial do Senado presidida por Kátia Abreu e que realizou mais de 30 audiências.

— Já apresentamos diversas versões do substitutivo. Mas fica claro que muitas questões serão decididas no voto. Não tem como conciliar todas as posições e não teremos condições de eliminar todas as incertezas e riscos.

Para Roberto Muniz (PP-BA), é preciso diferenciar obras de engenharia dos demais produtos e serviços.

— A gente começa a tentar construir uma lei que abarque da compra de lápis para escolas à construção de uma hidrelétrica e acaba ficando quase um monstro de Frankenstein — disse.

Contratação integrada

Um dos pontos do projeto mais debatidos na audiência foi a modalidade de contratação integrada. Prevista no projeto como uma opção de licitação para obras de engenharia, a contratação integrada se diferencia das demais modalidades por transferir ao contratado a responsabilidade pela elaboração dos projetos básico e executivo, pela

execução e entrega da obra acabada, pronta para funcionar. Pelo substitutivo, o contratado assumiria a maior parte dos riscos, o que, para os especialistas pode tornar mais alto o custo da obra.

De acordo com Rafael Cavalcanti, do Tribunal de Contas da União (TCU), a contratação integrada deve se justificar quando há uma complexidade grande no objeto do contrato. Já Fernando Guimarães, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, disse que o projeto não traz os pressupostos técnicos para que seja utilizada essa modalidade.

O relator afirmou que vai analisar qual será o valor mínimo da obra para a utilização da contratação integrada. Bezerra destacou as propostas do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva, de que o valor mínimo deveria ser R\$ 2 bilhões; do TCU, que sugeriu um patamar de R\$ 100 milhões; e do substitutivo, que é de utilizar os valores definidos na Lei da

Parceria Público-Privada, R\$ 20 milhões.

A questão dos seguros também foi destaque no debate. Segundo Bezerra, o substitutivo fixou para o seguro-garantia o percentual mínimo de 30% nas obras de grande vulto. No entanto, o presidente da Federação de Seguros Gerais, João Francisco Borges, disse que, ao mesmo tempo em que se cria uma oportunidade “espetacular” no mercado de seguros, as seguradoras terão uma responsabilidade muito grande. Bezerra disse que vai alterar o texto esclarecendo que, nas obras de grande vulto, o seguro-garantia deve ser fixado em 30%, e não em “no mínimo 30%”.

O relator também se comprometeu a tornar explícita no substitutivo a questão da matriz de risco, ou seja, os riscos futuros inerentes ao contrato. De acordo com Caio Loureiro, do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, para uma alocação eficiente dos recursos, a matriz de riscos deve ser obrigatória no contrato, não optativa.

Presídio deve ter local só para menores de 21 anos

Proposta do deputado Marcos Rogério pretende evitar que jovens imaturos se misturem com criminosos mais velhos e experientes. Texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça

DETENTOS COM IDADE entre 18 e 21 anos poderão passar a ocupar espaços separados nas penitenciárias, caso a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984) seja modificada como estabelece projeto aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A proposta (PLC 43/2015) vai agora para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo o autor do texto, deputado Marcos Rogério (PDT-RO), a criação dos espaços exclusivos penais tem aspecto preventivo, servindo para evitar que jovens imaturos se misturem com criminosos mais velhos e experientes.

A senadora Regina Sousa (PT-PI), relatora da proposta, acredita que a separação de espaços ampliará as chances de recuperação dos jovens e de sua reinserção na sociedade.

Zilda Arns

Também foi aprovado na CDH projeto de resolução do Senado (PRS 30/2015), de Fernando Collor (PTC-AL), que institui a Comenda Zilda Arns, destinada a agraciar pessoas ou instituições que desenvolvam ações para a proteção da criança e do adolescente. A proposta vai à Comissão Diretora do Senado.

Se aprovada, a comenda será



Texto teve relatório favorável de Regina Sousa na CDH, presidida por Paulo Paim

conferida anualmente a cinco pessoas físicas ou jurídicas, em sessão especial.

Audiências

Na reunião de ontem, foi aprovado requerimento de Telmário Mota (PDT-RR) para realização de audiência sobre a possível demissão de empregados da Companhia Energética de Roraima, em razão de indeferimento de pedido de prorrogação da concessão da empresa.

A comissão também realizará audiência para discutir soluções para o serviço público, proposta por Paulo Paim (PT-RS), a partir de sugestão da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

— Será um debate que

também terá convidados de outros países para discutir esse verdadeiro ataque que vem sendo feito aos servidores públicos, no Brasil e fora daqui — disse o senador, que preside a CDH.

Também foi acolhido requerimento de Paim para discutir a política nas escolas. Fátima Bezerra (PT-RN) manifestou apoio ao debate.

— Será uma discussão importantíssima neste momento em que educação e escola pública sofrem ameaça de desmonte pelo governo interino, esse governo biônico que promove o movimento Escola sem Partido, que quer negar a essência da educação, que é a pluralidade de ideias — defendeu a senadora.

Comissão aprova plano para acompanhar a aviação regional

O plano de trabalho para avaliação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional foi aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

A agenda foi proposta pelo relator, Wellington Fagundes (PR-MT). Serão realizadas três audiências públicas e reuniões técnicas. A comissão também vai promover um seminário sobre a execução do programa na Amazônia Legal, onde o transporte aéreo, apesar das deficiências, é estratégico para conectar localidades mais isoladas. O seminário será realizado em Cuiabá, em outubro.

A cada ano legislativo, as comissões permanentes do Senado selecionam uma política pública federal para acompanhar. A CDR avalia a aviação regional no momento em que o governo oficializou um drástico corte nos investimentos previstos para o setor. O objetivo inicial

do programa era construir, ampliar e reformar 270 aeroportos regionais, com investimentos que chegariam a R\$ 7,3 bilhões. Agora a previsão é executar obras em 53 unidades.

Suspensão

Há mais de um ano, a presidente afastada Dilma Rousseff anunciou a suspensão do programa, alegando a necessidade de contingenciar recursos.

O ministro interino dos Transporte, Aviação Civil e Portos, Maurício Quintella, manteve os cortes e afirmou que não são necessários 270 aeroportos para iniciar um “programa realista”.

— Quando se fala em 270 aeroportos, não temos recursos para fazer tudo ao mesmo tempo. Então, o ministro está priorizando obras em todos os estados, o que acho correto — comentou Wellington.

Pessoa com mobilidade reduzida poderá sacar FGTS para ter carro

O saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) poderá ser autorizado em benefício de trabalhador com mobilidade reduzida que necessitar adquirir um veículo. É que estabelece texto substitutivo ao projeto (PLS 625/2015) aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O autor do substitutivo é Eduardo Amorim (PSC-SE), também relator da matéria. O senador optou pela previsão de saque em favor do trabalhador com “mobilidade reduzida”, em função da “promoção de acessibilidade e de inclusão social”. No texto original do projeto, de Valdir

Raupp (PMDB-RO), o saque seria possível para qualquer trabalhador com deficiência.

Para o relator, há equívoco na ideia de tratar toda pessoa com deficiência como alguém que padece de dificuldades de locomoção, esse o grupo que, na sua compreensão, precisa contar de fato com o uso de veículo automotor.

Uma das hipóteses previstas na legislação sobre o FGTS (Lei 8.036/1990) autoriza o saque pelo trabalhador com deficiência que necessite adquirir órtese ou prótese.

A proposta seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que examinará a matéria em decisão terminativa.

Texto prevê garantia ao direito de amamentar em local público

O direito das mulheres de amamentar os filhos em locais públicos ou de uso coletivo pode passar a ser garantido por lei federal.

Quem proibir a lactante estará sujeito a até 100 dias-multa (valor recolhido ao Fundo Penitenciário Nacional), segundo projeto (PLS 514/2015) aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O valor de um dia-multa é definido caso a caso, podendo chegar a cinco salários mínimos. A punição máxima — de 100 dias-multa — seria de R\$ 440 mil.

A proposta, de Vanessa

Graziotin (PCdoB-AM), segue para decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Casos de mulheres que foram constrangidas ou impedidas de amamentar foram lembrados pela autora.

A relatora ad hoc, Regina Sousa (PT-PI), acompanhou substitutivo de Rose de Freitas (PMDB-ES). Para as senadoras, é necessário aprovar uma lei federal para que as mulheres não tenham receio de amamentar os filhos em locais públicos e para que as salas de aleitamento sejam de uso opcional.

Projeto dá isenção a equipamentos de fotógrafo

Os equipamentos e materiais importados para uso exclusivamente profissional de máquinas fotográficas e câmeras cinematográficas poderão ser isentos de impostos. É o que estabelece projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta (PLC 141/2015) segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, em seguida, para o Plenário.

Pelo projeto do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), a isenção alcança o Imposto de Importação, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e as contribuições PIS-Pasep e Cofins. As isenções somente serão concedidas aos equipamentos e materiais que não possuam similar nacional (de fabricação no Brasil) e pelo prazo de cinco anos, a partir da publicação da lei.

O benefício só será concedido nas compras de até R\$ 50 mil e há a obrigação de permanecer pelo menos dois anos com o equipamento.

O relator, Edison Lobão

(PMDB-MA), registra que a variação cambial, agregada a uma alegada defasagem técnica da indústria nacional, poderá gerar um fosso tecnológico e uma perda de competitividade, o que não é bom para o país.

— Hoje concedemos estímulos a diversas outras profissões para que sejam exercidas de maneira acessível, como aos taxistas. Nada mais razoável do que também conceder esses incentivos a fotógrafos e cinegrafistas — disse.

Waldemir Moka (PMDB-MS) lembrou que a presença dos profissionais de imagem

é fundamental em qualquer cobertura jornalística.

— No fundo, são profissionais dos direitos humanos — acrescentou Paulo Paim (PT-RS).

Bancários

A CAS também aprovou realização de audiência pública, requisitada por Paim e Elmano Férrer (PTB-PI), para instruir projeto que torna essenciais todos os serviços bancários (PLS 127/2012). Como a proposta afeta o direito de greve da categoria, o relator, Elmano, quer ouvir todas as partes interessadas.



Elmano Férrer e Edison Lobão em sessão da Comissão de Assuntos Sociais

Senado aprova diretores para Dnit e ANTT

Indicados passaram por sabatina ontem, quando senadores cobraram do governo e dos órgãos regulatórios a conclusão de obras inacabadas, como a Ferrovia Transnordestina

O SENADO APROVOU ontem duas indicações para diretorias do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Charles Magno Beniz será diretor de Infraestrutura Ferroviária do Dnit e Elisabeth Alves da Silva Braga vai para a direção da ANTT. Os dois indicados haviam sido sabatinados pela Comissão de Infraestrutura (CI) durante a manhã.

A indicação de Elisabeth Braga foi aprovada pelo Plenário com 44 votos favoráveis, 8 contrários e 2 abstenções. A de Charles Beniz passou com 45 votos favoráveis, 9 contrários e 2 abstenções.

Cobranças

Durante a sabatina dos indicados, os senadores dedicaram maior parte do tempo para cobrar do governo federal, do Dnit e da ANTT a finalização de obras que se arrastam por décadas.

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) citou como exemplo a Ferrovia Transnordestina:

— Inadmissível que, passados mais de 20 anos, desde Fernando Henrique Car-

dos, essa obra não tenha perspectiva de conclusão. Isso é um desserviço para o desenvolvimento regional. Essa obra é fundamental para novas vocações econômicas do Nordeste — lamentou o senador.

Já Ronaldo Caiado (DEM-GO) lembrou que a Ferrovia Norte-Sul começou no governo Sarney e até hoje não foi finalizada. Para comparar, o senador lembrou que os chineses conseguiram concluir, após dois anos e sete meses de obra, uma ponte de 32 quilômetros mar adentro num porto de Xangai, na China.

— Isso depõe contra o Brasil. Não temos capacidade de mostrar ao investidor uma comissão mínima de logística.

Valdir Raupp (PMDB-RO), cobrou a duplicação da BR-364, entre as cidades de Comodoro, em Mato Grosso, e Porto Velho, capital rondoniense, por onde, segundo o senador, circulam 1,2 mil carretas de soja por dia. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu prioridade para a rodovia Cuiabá-Santarém:

— Quando terminarem a via, vão ter que começar de novo porque a parte que já



Garibaldi Alves Filho (C) preside sabatina de Elisabeth, que será diretora da ANTT, e de Beniz, que vai para o Dnit

está feita apresenta sinais de deterioração — afirmou.

Ferrovias

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) questionou o fato de 90% do orçamento do Dnit ser destinado ao ramal rodoviário. O senador indagou se haveria necessidade de uma diretoria de Infraestrutura Ferroviária dentro do departamento. Ele lembrou que, na prática, a entidade tem atuação irrelevante no setor.

Indicado ao cargo Charles Beniz admitiu a limitação da autarquia, que, segundo ele, tem se dedicado a atuar em projetos de contornos ferro-

viários, retirando as estradas de ferro de dentro de cidades. Ainda assim, disse, muitas das obras estão paralisadas.

Perfis

Elisabeth Braga tem 51 anos e é graduada em ciências econômicas pela Centro de Ensino Unificado de Brasília (Uniceub). Com 32 anos de serviço público, é servidora de carreira do ciclo de gestão no cargo de analista de planejamento e orçamento do Ministério do Planejamento. Desde 2008 é superintendente de Gestão da ANTT.

Ela se propôs a apoiar o fortalecimento de instrumentos

de gestão das agências reguladoras, como análise de impacto regulatório, fortalecimento da agência e gestão de riscos.

Charles Beniz tem 37 anos e é graduado em engenharia civil pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Iniciou a experiência no setor ferroviário em 2009, na função de engenheiro fiscal da Ferrovia Norte-Sul, exercida na Valec. Desde maio, é gerente de Manutenção Ferroviária na empresa.

Para ele, a diretoria que assumirá pode ajudar a melhorar condições de transporte e competitividade da produção nacional no cenário mundial.

Empréstimo de banco público a outro país poderá perder sigilo

Parte dos empréstimos concedidos por bancos públicos, como BNDES, Banco do Brasil e Caixa, poderá perder o sigilo bancário. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto que elimina o sigilo em três hipóteses, alternativamente (PLS 26/2014 — Complementar).

A primeira é se o contratante for Estado estrangeiro. A segunda é se a operação contar com garantia direta ou indireta do Estado estrangeiro. A terceira é se a operação for custeada total ou parcialmente por recursos de fundos orçamentários ou de empréstimos à instituição financeira por parte do respectivo ente público controlador.

Na última hipótese se incluem grande parte dos empréstimos do BNDES a empresas brasileiras.

O autor do projeto, Alvaro Dias (PV-PR), colocou em dúvida números do governo sobre o possível benefício tido pelo Brasil na geração de empregos decorrente do empréstimo do BNDES para Cuba construir porto naquele país.

Para ele, como a condições contratuais da operação “estão guardadas a sete chaves”, não é possível verificar o mérito econômico-financeiro. Por isso, defendeu a transparência dos dados. O relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), é favorável ao texto, que vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Avança MP que renegocia dívida rural

A comissão mista responsável pela análise da Medida Provisória 733/2016, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural, aprovou ontem o relatório do deputado Júlio Cesar (PSD-PI). A MP recebeu 161 emendas. O texto segue agora para análise do Plenário da Câmara e deve ser votado depois pelo Senado.

Alguns parlamentares, como os deputados Nilson Leitão (PSDB-MT) e Sergio Souza (PMDB-PR), chegaram a pedir vista do projeto, mas foram convencidos a desistir, devido à proximidade do fim do prazo para votação do texto. O presidente da comissão, senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), lembrou que, embora a validade da MP expire em 12 de outubro, a Câmara deve

analisá-la até 21 de setembro.

A medida beneficia agricultores do Nordeste e os inscritos em dívida ativa da União. A liquidação dos débitos pode atingir até 95% do total, a depender do valor contratado e do período de contratação. A repactuação das dívidas tem prazo de dez anos, carência até 2020, descontos diferenciados para quem pagar em dia e encargos financeiros entre 0,5% e 3,5% ao ano, conforme porte e valor do financiamento. O texto também prorroga até 31 de dezembro de 2017 o prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Para o relator da MP, deputado Júlio Cesar, os descontos são compatíveis com o porte e a capacidade de pagamento do produtor e levam em conta

as regiões mais atingidas pela seca.

Educação

Por falta de quorum, foi adiada a análise da MP 729/2016, que altera a regra de repasse de verba da União aos municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil. A reunião ainda não tem nova data definida.

O deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG) foi eleito ontem presidente da comissão mista que analisará a MP 741/2016. O vice-presidente é o senador Dário Berger (PMDB-SC), e o relator, o senador Davi Alcolombre (DEM-AP). A MP trata de remuneração administrativa dos bancos na concessão do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Indicações a embaixadas na Áustria, Turquia e Alemanha vão a Plenário

Crises na União Europeia e no governo turco e acordo comercial do Mercosul com bloco europeu foram temas de diplomatas em sabatina

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou por unanimidade as indicações do presidente interino Michel Temer para as embaixadas do Brasil na Turquia, na Áustria e na Alemanha. Os diplomatas Eduardo Ricardo Gradilone Neto (indicado para o cargo de embaixador na Turquia), Ricardo Neiva Tavares (para o mesmo posto na Áustria) e Mario Vilalva (para a Alemanha) foram sabatinados ontem pela comissão. As indicações agora serão avaliadas pelo Plenário.

Na sabatina, o indicado à embaixada na Alemanha defendeu um acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. Mario Vilalva garantiu que essa será uma de suas prioridades e informou que já vem ajudando na organização de seminários na Universidade Católica de Lisboa sobre o acordo Mercosul-UE. Os encontros terão participação do presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz.

— O Mercosul não aguenta mais dez anos sem fazer um acordo importante de livre comércio, fizemos poucos acordos até agora. Isso é uma consequência natural em processos de integração e a Europa é nossa parceira — afirmou.

Vilalva reconheceu que essas negociações são “longas e complexas” e só serão concretizadas se houver compromisso efetivo de ambos os lados.

Ele ressaltou que a Alemanha é o “motor” da União Europeia e lidera o processo de reerguimento no bloco. O país, quarta maior economia mundial, atua diretamente nas mais relevantes negociações internacionais, como as relativas à Rússia e à Ucrânia, ao combate ao Estado Islâmico, às guerras na Síria e no Iraque e à tragédia dos refugiados, disse.

“Eurocéticos”

A União Europeia também foi tema de Ricardo Neiva Tavares na sabatina. Para o diploma-



Gradilone Neto, Vilalva e Tavares na sabatina coordenada pelo presidente da comissão, Aloysio Nunes Ferreira (2º à esq.)

ta, a UE sofre um “problema histórico” de dificuldade para divulgar aos povos que fazem parte do bloco as consequências positivas do processo de integração. Essa situação, disse, tem feito com que o aumento do desemprego e a crise dos refugiados fortaleçam os partidos “eurocéticos”, que defendem a retirada de seus países do bloco. O fenômeno tem se tornado mais forte na Áustria, onde legendas de direita defendem um referendo como o que resultou na saída do Reino Unido da UE, relatou:

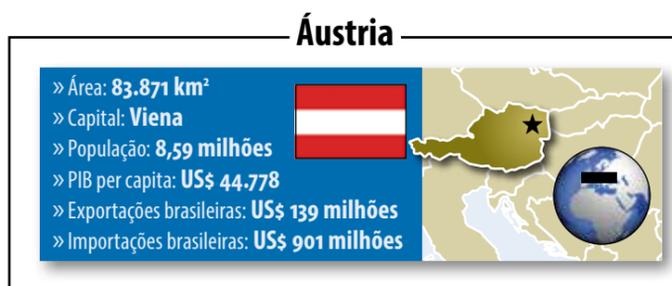
— O desemprego já chega a 9%. E esses partidos também são contra a imigração, um discurso que tem ressonância no eleitorado não só lá, mas na França e na Holanda também.

Tavares disse que, além de buscar aumentar o intercâmbio comercial Brasil-Áustria, vai priorizar uma maior presença brasileira nos organismos internacionais que têm sede em Viena, como a ONU.

Golpe

Eduardo Ricardo Gradilone Neto falou aos senadores sobre o momento atual na Turquia — que, para ele, é de incerteza, depois da tentativa frustrada de golpe de Estado, em julho.

O diplomata ressaltou que o país tem o segundo maior contingente militar entre as nações da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan)



e abriga uma importante base militar norte-americana. Ele frisou também que a Turquia tem relevância “fundamental” para as nações ocidentais, exercendo papel-chave em negociações internacionais, como as relativas à guerra civil na Síria, à crise dos refugiados e ao combate ao Estado Islâmico.

Porém, alertou, depois do golpe frustrado, ainda não se sabe que rumos podem tomar as relações do governo turco com o Ocidente e se o país deixará de colaborar na contenção do fluxo de refugiados da Ásia.

Em relação ao Brasil, Gradilone disse que pretende priorizar o incremento da vinda de turistas turcos ao país.



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

Senadores ratificam acordos internacionais sobre satélite e bambu

O Senado aprovou ontem, em Plenário, dois acordos internacionais que envolvem a China. Um refere-se a desenvolvimento de satélite de observação da Terra. Outro trata da criação da rede internacional do bambu e do ratã.

O PDS 21/2016, sobre a cooperação entre Brasil e China na área de ciência e tecnologia, aprova protocolo complementar para o desenvolvimento, entre os países, do satélite

CBERS-4A. O acordo permite a distribuição global dos dados, para proporcionar a países em desenvolvimento os benefícios do uso de imagens.

O programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite) fornece imagens de satélites para monitorar o meio ambiente, verificar desmatamentos, desastres naturais, a expansão da agricultura e das cidades, entre outras aplicações. O CBERS-4, lançado

com sucesso em dezembro de 2014, tem vida útil estimada em três anos. O novo satélite (CBERS-4A) deve garantir a continuidade do fornecimento de imagens aos usuários dos dados relativos ao programa.

O acordo sobre bambu, celebrado na China em 1997, havia sido aprovado mais cedo pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). Segundo o relator, Jorge Viana (PT-AC), o Brasil entra para a Rede

Internacional do Bambu e do Ratã, organização intergovernamental com sede na China. A rede procura estimular o desenvolvimento sustentável por meio do bambu. Viana acredita que o fortalecimento do mercado no Brasil trará benefícios para a Amazônia e, principalmente, para o Acre.

— São mais de 4 milhões de hectares de florestas com bambu, o equivalente a um terço de nosso território.

Lasier cobra ponte entre Brasil e Argentina

Lasier Martins (PDT-RS) defendeu a construção da terceira ponte sobre o Rio Uruguai, ligando o Rio Grande do Sul à Argentina. Ele explicou que a obra atenderá os municípios do noroeste gaúcho, onde há produção de alimentos.

Lasier informou que os ministros de Relações Exteriores da Argentina, Susana Malcorra, e do Brasil, José Serra, vão debater o tema em reunião em Brasília, em setembro. Faz 16 anos, disse o senador, que os ministros dos Transportes dos dois países assinaram o compromisso de construir a ponte.



Paim destaca reportagem da Rádio Senado

Paulo Paim (PT-RS) elogiou em Plenário a reportagem da Rádio Senado “Terceirização: avanço ou retrocesso?”. Finalista do Prêmio MPT de Jornalismo, a matéria trata do PLC 30/2015, sobre terceirização nas atividades-fim.

— Fiz inúmeras audiências públicas sobre esse tema. Fizemos, com a cobertura da mídia do Senado, uma cruzada pelo Brasil, percorrendo os estados — disse, relatando que os debates mostraram que a terceirização pode ser análoga do trabalho escravo.

Paim também defendeu a MP 723/2016, que prorroga o Mais Médicos. Ontem à noite, a MP foi aprovada pelo Plenário do Senado.

Humberto diz que PT recorrerá contra a LDO

O líder do PT, Humberto Costa (PE), anunciou que o partido vai entrar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, aprovado na madrugada de ontem pelo Congresso. Alvo da polêmica no Plenário e da obstrução do PT, uma das medidas limita as despesas primárias da União em 2017 ao valor gasto este ano. Para Humberto, esse teto é inconstitucional, promove arrocho fiscal sem precedentes e impede gastos obrigatórios em saúde e educação.



Avança projeto de lei que regulariza situação de servidores de cartórios

Proposta aprovada na CCJ seguirá ao Plenário e reconhece como legais as transferências de funcionários ocorridas entre 1988 e 1994

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto de lei da Câmara (PLC) que visa legalizar a situação de servidores concursados de cartórios que mudaram de unidade de 1988 a 1994, entre a promulgação da Constituição e o início da vigência da Lei dos Cartórios (Lei 8.935/1994). Além de reguladas pelas legislações dos estados, essas remoções haviam sido homologadas pelos respectivos tribunais de Justiça estaduais. A proposta segue para o Plenário.

O relator do PLC 80/2015 foi o senador Benedito de Lira (PP-AL), que deu parecer favorável ao projeto. A iniciativa insere dispositivo na Lei dos Cartórios para preservar todas as remoções de servidores concursados até a entrada em vigor dessa legislação (18 de novembro de 1994).

De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais (Lei 8.112/1990), remoção é o deslocamento do servidor, a



Senador José Maranhão preside reunião da CCJ que aprovou projeto relatado pelo senador Benedito de Lira (de pé, à esq.)

pedido ou de ofício, com ou sem mudança de sede, dentro do mesmo quadro funcional.

Até a Lei 8.935/1994, um servidor concursado podia mudar de cartório sem fazer novo concurso. Depois da lei, a remoção só ocorreu por concurso de títulos e ficou restrita a servidores que tenham exercido a atividade por mais de dois anos.

Para o relator, a proposta aprovada ontem “mostra-se oportuna e conveniente”, pois reconhece a legalidade das remoções de concursados efetuadas de acordo com as regras vigentes antes da Lei dos Cartórios.

“Cumpra ao Estado preservar tais situações legitimamente criadas e respeitar a boa-fé daqueles que, confiando nas

regras e decisões vigentes, assumiram a prestação dos serviços notariais e de registro à população”, considera Benedito de Lira no relatório.

O senador rejeitou emenda apresentada por Wilder Moraes (PP-GO) que estabelecia período para validação das remoções, por considerar que isso desvirtuaria o projeto original.

Proposta de reforma política começa a ser debatida

O fortalecimento da fidelidade partidária de políticos eleitos, o estabelecimento de uma cláusula de barreira para os partidos e o fim das coligações nas eleições proporcionais voltaram a ser discutidos ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 36/2016, que prevê as mudanças, é de Aécio Neves (PSDB-MG) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Para os senadores, os três pontos podem corrigir muitas distorções do sistema eleitoral.

O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), apresentou parecer favorável à PEC. Ele alterou apenas questões relativas à técnica legislativa para dar mais clareza ao texto, o que resultou num substitutivo.

Iniciativa semelhante foi adotada no passado, com a Lei 9.096/1995, que restringia o funcionamento parlamentar em todas as Casas legislativas para os partidos que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados, não tivessem obtido o apoio mínimo de 5% dos votos apurados, distribuídos

em pelo menos um terço dos estados, com um mínimo de 2% do total de cada um deles.

Esse dispositivo foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sob o argumento de que prejudicaria as pequenas legendas. Os autores da PEC afirmam que a nova composição do STF tem sinalizado publicamente a necessidade de incorporar ao ordenamento jurídico uma cláusula de desempenho, “de forma a se conter a proliferação dos partidos e evitar a criação de legendas

sem alicerces programáticos e ideológicos”.

Na discussão da PEC, Ronaldo Caiado (DEM-GO) defendeu um acordo entre Câmara e Senado para viabilizar a mudança. Para ele, o presidente em exercício Michel Temer precisa apoiar a reforma, para atacar o que chamou de “deformação política” vivida pelo país.

A discussão foi suspensa por um pedido de vista de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e poderá retornar à pauta na próxima reunião da CCJ.

Procuradora da Mulher deverá ser eleita por senadoras a cada biênio

Projeto de resolução do Senado (PRS) que modifica o processo de escolha da titular da Procuradoria Especial da Mulher foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta estabelece que a procuradora seja eleita pelas senadoras, a cada dois anos. Hoje a ocupante do cargo é nomeada pelo presidente do Senado.

Relatora do PRS 41/2015, a senadora Simone Tebet (PMDB-MS) deu parecer favorável ao projeto. O texto também altera a Resolução 9/2013, que criou a procuradoria, para reorganizar o quadro de pessoal do órgão,

cujas missão é representar os interesses das mulheres no Senado.

A Comissão Diretora da Casa deve definir em até 90 dias a nova estrutura administrativa, que deverá ter funções comissionadas, cargos efetivos e em comissão. O projeto foi elaborado pelas 13 integrantes da bancada feminina no Senado. Na justificativa, elas ressaltaram que as mudanças visam fortalecer a Procuradoria.

“A Procuradoria ajuda a ancorar as iniciativas legislativas em favor da emancipação das mulheres”, diz Simone no relatório sobre o projeto, que segue para a Comissão Diretora.

Discussão sobre texto que criminaliza agressões a cães e gatos será ampliada

Voto em separado do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) adiou a votação de projeto que criminaliza agressões contra cães e gatos. A proposta está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e teve a votação suspensa a pedido do relator, senador Alvaro Dias (PV-PR).

Ele apresentou parecer pela aprovação com seis emendas. Mas considerou fundamental rever o relatório a partir do voto em separado de Aloysio, que apontou inconstitucionalidade no projeto (PLC 39/2015) e fez críticas ao mérito da proposta.

O ponto de partida das ponderações de Aloysio foi o fato

de o texto restringir a cobertura a cães e gatos, quando, para ele, deveria alcançar outros animais domésticos.

— Esse assunto precisa ser dirimido — comentou Alvaro, que também quer envolver na discussão o autor da proposta, o deputado federal Ricardo Tripoli (PSDB-SP).

O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), relator do PLS 631/2015, que institui o Estatuto dos Animais, não vê inconstitucionalidade no PLC 39/2015.

— Mas as considerações [de Aloysio] são pertinentes e [a proposta] merece complementação — avaliou.

Ângela critica cortes de investimentos nas universidades

Ângela Portela (PT-RR) criticou ontem a intenção do Ministério da Educação de reduzir 45%



dos investimentos nas universidades públicas e cortar 20% das verbas de custeio. Isso significa R\$ 350 milhões a menos para as universidades, segundo ela. No caso da Universidade Federal de Roraima, acrescentou, o corte, se concretizado, prejudicará a concessão de bolsas de estudo e a manutenção do restaurante e de serviços terceirizados. Ela protestou contra o “desmonte” das políticas públicas em educação implementadas pelo PT.

Fátima comemora aumento da inclusão social pela educação

Fátima Bezerra (PT-RN) comemorou ontem o resultado de pesquisa que apontou o aumento da



inclusão social de jovens das classes D e E nas universidades públicas durante os governos Lula e Dilma. Pelo levantamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), nos últimos 13 anos subiu de 42% para 66% o número de estudantes originários de famílias com renda média de um salário mínimo e meio. No Nordeste esse aumento foi maior: quase 77%. E o percentual de negros praticamente triplicou.

Pedro Chaves lembra os 117 anos de Campo Grande, amanhã

Pedro Chaves (PSC-MS) lembrou os 117 anos de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, comemorados amanhã. Ele, que nasceu na cidade, explicou que a data se refere à emancipação da Vila de Campo Grande da comarca de Nioaque. O senador falou sobre a região, que era grande produtora de carne e grãos, e destacou a riqueza cultural e gastronômica, como a polca, ritmo musical típico; o sobá, o tereré, a chipa e o churrasco com mandioca. A população mescla migrantes como gaúchos e paulistas, paraguaios e bolivianos.

